

A DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO NO SISTEMA CAPITALISTA: INVISIBILIDADE E PROTAGONISMO DA MULHER RURAL

LA DEVALUACIÓN DEL TRABAJO PRODUCTIVO Y REPRODUCTIVO EN EL SISTEMA CAPITALISTA: INVISIBILIDAD Y PROTAGONISMO DE LAS MUJERES RURALES


Isadora de Paula Vieira Alencar

 <http://lattes.cnpq.br/4720374864623732>

Economista pela Universidade Estadual de Goiás e aluna do Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – TECCER/UEG.

Roseli Martins Tristão Maciel

 <http://lattes.cnpq.br/2041157519801091>

 <https://orcid.org/0000-0002-9879-7630>

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e docente do Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – TECCER/UEG.

Resumo

Este estudo é parte de uma pesquisa para realização de uma dissertação de mestrado, ainda em desenvolvimento, e analisa os fatores que validam a desigualdade entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher, no sistema capitalista, e como essa disparidade se acentua no meio rural com a desvalorização do trabalho feminino, tanto doméstico, quanto o reprodutivo. Primeiramente, será realizada uma análise da trajetória histórica desta condição desigual da mulher. Por conseguinte, será demonstrada a divisão sexual do trabalho a partir da construção de uma sociedade baseada na concepção da dominação masculina, inaugurada com o advento dos valores burgueses derivados do sistema capitalista, com vistas a entender as bases que legitimam a desigualdade entre o trabalho feminino e masculino. Para alcançar o propósito dos objetivos elencados, a pesquisa será qualitativa com análise descritiva e para o levantamento de dados será utilizada a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: trabalho feminino rural; subalternidade; capitalismo.

Resumen

Este estudio es parte de una investigación para llevar a cabo una disertación de maestría, aún en desarrollo, y analiza los factores que validan la desigualdad entre el trabajo de los hombres y el trabajo de las mujeres, en el sistema capitalista, y cómo esta disparidad se acentúa en el entorno rural con la devaluación del mercado laboral. trabajo femenino, tanto doméstico como reproductivo. Primero, se realizará un análisis de la trayectoria histórica de esta condición desigual de la mujer. En consecuencia, la división sexual del trabajo se demostrará a partir de la construcción de una sociedad basada en la concepción de la dominación masculina, inaugurada con el advenimiento de los valores burgueses derivados del sistema capitalista, para comprender las bases que legitiman la desigualdad entre el trabajo femenino. y hombre Para lograr el propósito de los objetivos enumerados, la investigación será cualitativa con análisis descriptivo y para la recolección de datos, se utilizará la investigación bibliográfica.

Palabras clave: trabajo rural femenino; subordinación; capitalismo.

Introdução

A complexidade das relações sociais e de produção introduzidas pelo modo de produção capitalista, surgido na Inglaterra partir do século XVII, trouxe grandes mudanças no processo de trabalho causando, além da retirada dos meios de produção dos trabalhadores, cada vez mais a separação e diferenciação entre o trabalho masculino e feminino. Sendo assim, torna-se necessário compreender como se deu e como se dá as bases na estrutura deste sistema econômico, buscando as origens dessa desigualdade existente entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher, bem como o papel das concepções de dominação masculina no estabelecimento e permanência de regras nas relações sociais que tornaram as condições de trabalho das mulheres mais opressivas que as dos homens, situação que é ainda mais acentuada no meio rural.

É fundamental apresentar uma nova perspectiva de estudo para conhecer a realidade e a importância do trabalho das mulheres para a sobrevivência de muitas famílias no campo, evidenciando os esforços despendidos pelas trabalhadoras rurais por outros vieses, com o intuito de tornar reconhecido o seu trabalho e sua historicidade, tanto ao que se refere à produção, como também, à reprodução familiar, uma vez que, elas produzem no setor agropecuário exercendo atividades de agricultura, pesca, sendo atividades essencialmente fundamentais para o contexto econômico e social.

Com a execução do estudo espera-se, ainda que modestamente, contribuir tanto para o avanço das discussões sobre o papel da mulher trabalhadora rural no sistema capitalista, tornando mais publicizada sua condição de ocultamento, quanto para os estudos sobre a dinâmica econômica e social das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil.

Em relação à metodologia de pesquisa, a opção é pela abordagem qualitativa e pelo método descritivo. Segundo Prodanov e Freitas (2013), metodologia é o conjunto de métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, com o objetivo de construir uma base científica e solucionar os problemas definidos pela pesquisa.

Gil (1999) afirma que a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de determinado fenômeno ou população, e, ainda o estabelecimento de relações entre as variáveis estabelecidas. A pesquisa explicativa tem como preocupação central, a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Para o levantamento de dados, será utilizada a pesquisa bibliográfica. Gil (1999), corrobora que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida através de materiais já elaborados, tais como: livros, revistas, artigos científicos e outros. Segundo o autor, a vantagem da pesquisa bibliográfica consiste no fato de permitir ao pesquisador ter uma vasta fonte de materiais para ser utilizado como referência.

Apresentados os conceitos metodológicos e procedimentos que serão utilizados no trabalho, fica explicitado tratar-se de uma análise descritiva, fundamentada na abordagem qualitativa e na técnica da pesquisa bibliográfica. O estudo será dividido em três partes sendo essa introdução, o desenvolvimento, e as conclusões referentes a desvalorização do trabalho feminino rural no sistema capitalista.

A mulher como escrava do capitalismo

Neste artigo se analisará os princípios que fundamentam a desigualdade entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher, dentro do sistema capitalista, e como isso se acentua no meio rural. Sendo assim, parte-se da seguinte questão: as bases estruturais e institucionais do capitalismo são fatores essenciais para promover, ao longo dos séculos, a desvalorização do trabalho produtivo e reprodutivo da mulher trabalhadora rural?

Posto isto, no que tange à esfera do capitalismo, uma de suas formas de exploração se dá através da desigualdade entre homens e mulheres, uma vez que é latente a divisão do trabalho no âmbito da família, “onde a mulher e os filhos são escravos do homem”, constituindo-se em uma primeira forma de propriedade, entendida como “a livre disposição da força de trabalho de outrem” (MARX & ENGELS, 1998, p. 27).

A divisão do trabalho no âmbito da família remete diretamente ao trabalho das mulheres rurais, que, através da agricultura familiar, tende a manter a desigualdade e a divisão dos papéis

masculinos e femininos. Isso causa a invisibilidade de seu trabalho reprodutivo, que fica submerso nas relações familiares.

Assim, para atender a problemática, este trabalho é ancorado em alguns pressupostos teóricos necessários para a contextualização do objeto e dos objetivos de estudo que se propõe analisar a relação entre a mulher e o modo de produção capitalista, com a finalidade de realizar um estudo sobre a desigualdade entre o trabalho rural masculino e feminino.

Inicialmente, se propõe a apresentar o universo feminino na transição do feudalismo para o capitalismo entre os séculos XVII e XIX. Para atingir o objetivo proposto, recorreremos as abordagens de vários autores os quais discorrem sobre a temática da mulher no contexto do capitalismo. Dentre os quais, tem destaque o livro *Calibã e a Bruxa*, de Silvia Federici, de 2017. Esta obra é fundamental para entendermos as raízes da condição feminina na esfera capitalista.

Em o *Calibã e a Bruxa*, a autora considera que a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não “é o legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais” (Federici, 2017, p.11). Já Toledo (2008) afirma que a mulher não nasceu oprimida ou inferiorizada, mas passou a ser tratada dessa maneira.

Engels, em sua obra *Origem da Família, da propriedade privada e do estado*, apresenta também uma ideia similar as de Federici e Toledo:

Uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que, na origem da sociedade, a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e entre os bárbaros do estágio médio e inferior, e em grande parte até mesmo entre os do estágio superior, a mulher não só tem uma posição livre, como também e muito considerada (ENGELS, 1984, p. 50-51.)

Segundo Ponce (1986), o homem enquanto homem, é social e está sempre sendo moldado por um ambiente histórico de que não pode ser separado e tem os seus valores formulados a partir da sociedade a qual está inserido. O homem é um produto social do seu ambiente, sendo que nas comunidades primitivas “os seus membros eram indivíduos livres, com direitos iguais, ajustaram as suas vidas as resoluções de um conselho formado democraticamente por todos os adultos, homens e mulheres da tribo” (PONCE, 1986, p. 17).

A desvalorização da mulher não é simplesmente algo que vem do acaso, mas sim uma construção histórica de uma sociedade baseada na formação da propriedade privada e da criação e consolidação de um Estado que busca manter o *status quo* do patriarcado e da desvalorização da mulher como meio de produção e reprodução (FEDERICI, 2017).

Um ponto válido a ressaltar é que Federici (2017), em sua obra, critica dois grandes nomes: Karl Marx, no que tange à esfera do capital, e Michael Foucault, afirmando que Foucault

se preocupou em analisar as práticas de poder, e não a origem desse poder. Federici afirma que sua análise se afasta da de Marx devido a dois pontos:

[...] enquanto Marx examina a acumulação primitiva do ponto de vista do proletário assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, eu a examino do ponto de vista das mudanças que introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho. (FEDERICI, 2017, p.26).

Outro aspecto que se faz essencial tanto em sua obra, como neste trabalho, são os fenômenos que a acumulação primitiva concebeu, que fora passado despercebido na pesquisa de Marx, mas que Federici define em:

[...] i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. (FEDERICI, 2017, p.26).

Nesse caso da transformação do corpo das mulheres em uma máquina de produção de novos trabalhadores, o fenômeno de caça às bruxas, seja no mundo europeu ou no Novo mundo, “foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto à colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras” (FEDERICI, 2017, p. 26).

Federici (2017) afirma que esse fenômeno de caça às bruxas resultou nas mulheres destituídas do universo público, “relegadas ao papel de reprodutoras, esposas, viúvas ou prostitutas, ficando, por fim, distantes das relações coletivas e dos sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista” (FEDERICI, 2017, p. 187). A autora trabalha com a perspectiva que a perseguição às mulheres no período de caça às bruxas fundamenta a degradação feminina e o controle do Estado sobre o útero, que se intensifica com o desenvolvimento capitalista.

Por conseguinte, aqui se trabalha com a ideia de que o capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo, sendo impossível associar o capitalismo com qualquer forma de libertação ou atribuir a longevidade do sistema a sua capacidade de satisfazer necessidades humanas (FEDERICI, 2017, p. 37).

Segundo Sousa e Guedes, no livro *A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década*, a história do século XIX revela que havia na sociedade, de forma geral, uma divisão entre o domínio do público e privado. Nesse sentido, os homens pertenciam à esfera

pública, uma vez que o cuidado do lar era a atividade de contrapartida, dado o sustento financeiro do marido (SOUSA; GUEDES, 2017).

Nessa divisão entre o público e o privado, tem-se a divisão sexual do trabalho, em que define os homens como provedores e as mulheres como cuidadoras. Nesse contexto, as atribuições sociais, ao mesmo tempo que estabeleciam as mulheres no espaço privado, destinavam aos homens o espaço público (SOUSA; GUEDES, 2017).

Esse contexto se modifica com as transformações no cenário socioeconômico e com a força do movimento feminista no século XX, e, se agrava com o desenvolvimento do capitalismo, fragilizando a divisão entre o público/homem provedor e o privado/mulher cuidadora. Isso permite definir que a divisão sexual do trabalho é reconfigurada, mas sem mudança significativa, estrutural, ou em sua essência, visto que, ainda permanecem as concepções culturais, delegando as mulheres responsabilidades de reprodução social (SOUSA; GUEDES, 2017).

Ponce, no livro *Educação e luta de classes*, nos auxilia a entender o papel da mulher nas comunidades primitivas, tentando explicitar a diferença entre essas sociedades e a sociedade capitalista que se construiu posteriormente.

A execução de determinadas tarefas, que apenas um membro da comunidade não podia realizar, deu lugar a um precoce começo de divisão de trabalho de acordo com as diferenças existentes entre os sexos, mas sem o menor submetimento por parte das mulheres. Como debaixo do mesmo teto viviam muitos membros da comunidade - e, às vezes, a tribo inteira -, a da economia doméstica, entregue as mulheres, não era, como acontece entre nós, um assunto de natureza privada, e sim uma verdadeira função pública, socialmente tão necessária quanta a de fornecer alimentos, a cargo dos homens. Entre os bosquímanos atuais, por exemplo, as mulheres, além de cuidarem do acampamento, recolhem as larvas, as formigas e os gafanhotos que fazem parte da sua alimentação e são tão conscientes da igualdade dos seus direitos em com os homens que, segundo conta Paul Descamps, não dão formigas aos seus esposos sempre que estes fracassam nas suas caçadas (PONCE, 1986, p. 18).

Ponce (1986) prossegue afirmando, que nessas comunidades, não existia essa divisão sexual do trabalho como é conhecido atualmente. Os membros eram indivíduos livres e com direitos iguais, e o que era produzido em comum, era repartido com todos. Não existia a ideia de público e privado.

Na comunidade primitiva, as mulheres estavam em pé de igualdade com os homens, e o mesmo acontecia com as crianças até os 7 anos, idade a partir da qual já deviam começar a viver as suas próprias expensas, as crianças acompanhavam os adultos em todos os seus trabalhos, ajudavam-nos na medida das suas forças e, como recompensa, recebiam a sua porção de alimentos como qualquer outro membro da comunidade. A sua educação não estava confiada a ninguém em especial, e sim à vigilância difusa do ambiente. Mercê de uma insensível e espontânea assimilação do seu meio ambiente, a criança ia pouco a pouco se amoldando aos padrões reverenciados pelo grupo. A convivência diária que mantinha com os adultos a introduzia nas crenças e nas práticas que o seu grupo social tinha por melhores (PONCE, 1986, p.18).

De acordo com Engels (1984) a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas veio se alterando ao longo dos séculos, porém, esse processo decola a partir do desenvolvimento do capital e do aumento da mais valia. Segundo Ponce (1986), as questões sociais e de relação social de produção são os elementos que desvalorizaram a mulher, pois a partir dessa nova configuração de sociedade a mulher perdia espaço como mão de obra e se destinava aos afazeres domésticos. De acordo com Saffioti (1979), dentro do modo de produção capitalista, as mulheres são as primeiras a sofrerem com as crises cíclicas do capital e seu trabalho é sempre desvalorizado em função do capital cujos princípios coincidem com a manutenção do *status quo* e do patriarcado.

A partir de Ponce (1986), Engels (1984), Toledo (2008) e Federici (2017), podemos afirmar que as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais e históricas. Danièle Kergoat, em Dicionário Crítico do Feminismo, enriquece o debate afirmando que homens e mulheres são envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009).

Essa divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) (KERGOAT, 2009).

Kergoat (2009) acrescenta que essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios construtivos: o da classificação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher). Nessa perspectiva, é necessário entender a supremacia masculina no meio rural, bem como a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, com o propósito de entender a invisibilidade e o protagonismo da mulher agricultora.

No campo, esse contexto da desigualdade no que tange o trabalho feminino é intensificado, visto que, Segundo Sousa e Guedes (2016), a não consideração dos afazeres domésticos como trabalho silenciou e tornou invisível, por muito tempo, relações assimétricas e de poder entre os sexos. Como as atividades domésticas eram baseadas nos vínculos de casamento e reciprocidades parentais, as relações de subalternidade e opressão entre os sexos ficavam escondidas na cumplicidade familiar, que reserva às mulheres o amor e cuidado à família, e ao homem a provisão financeira. (POSTER, 1979).

Nesse sentido, a múltipla jornada de trabalho da mulher rural engloba praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas, o cuidado do quintal e as vendas de produtos cultivados por elas, como ovos, natas e queijos (BRUMER, 2004), cuja renda obtida é entregue ao marido, explicitando o androcentrismo¹ nesse modelo agrícola.

A inferioridade do trabalho feminino em relação ao masculino na sociedade capitalista não é recente. Em diferentes épocas e espaços, o tempo, a história e o mundo, eram vistos sob olhares masculinos e, as mulheres, interpretadas a partir desses parâmetros, colocadas como coadjuvantes de sua própria história. As sociedades, em sua grande maioria, historicamente destacaram e priorizaram a figura masculina no que diz respeito a governança, militarismo, intelectualidade, artes, religião, dentre outros. Cada grupo humano, ao longo do tempo, construiu relações sociais nas quais o papel da mulher foi diferenciado do masculino, considerando as características dos sexos, entretanto, no capitalismo esse processo passou a ser considerado

A proposta é realizar uma análise detalhada do período de caça às bruxas, bem como a teoria crítica da família, de Poster (1979) e a evolução da família através de Engels (1984). Isto porque é importante compreender as bases históricas do atual sistema que necessita da subalternidade feminina para se manter, a fim de compreender a realidade da mulher agricultora familiar, que vive em uma intensa divisão sexual do trabalho.

Toledo (2008) afirma que a mulher não nasceu oprimida e/ou inferior, mas passou a ser tratada dessa maneira. A obra de Toledo, *Mulheres: o gênero que nos use, a classe nos divide*, de 2008, se faz importante para confirmar que essa desigualdade foi construída ao longo do sistema capitalista. A autora acredita que a desigualdade da mulher no capitalismo vem se aprofundando nos últimos anos, sobretudo nos países explorados.

As transformações históricas redefiniram a posição das mulheres na sociedade e perante o homem. A divisão sexual do trabalho que aflorou desses contextos, ainda que timidamente, sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, aumentando sua dependência em relação ao homem, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como forma de controle do trabalho feminino. A mulher, nesse sentido, sofreu um processo extraordinário

¹ Androcentrismo é um termo que não se refere apenas ao privilégio dos homens, mas também a forma como as experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humanos e tidas como uma norma universal tanto para homens quanto para mulheres, ignorando a sabedoria e experiência feminina.

de degradação social, fundamental para a acumulação de capital. O problema é que essa degradação permanece até os séculos atuais.

Considerações finais

A supremacia dos homens nos centros urbanos é um problema, mas, no campo, as mulheres estão ainda mais fragilizadas em aspectos econômicos, sociais e políticos, tendo sua importância na agricultura familiar ignorada, e, em geral, ocupam espaços de menor poder, com menos visibilidade de sua atuação.

Salienta-se que o capitalismo transforma diferenças biológicas entre homens e mulheres em desigualdades sociais. Portanto, uma sociedade pautada e enraizada pelo capitalismo, transforma homens e mulheres iguais, em desiguais.

Considera-se primordial conceber a situação de invisibilidade da mulher no sistema capitalista e no campo como um fato decorrente de processos históricos, onde a supremacia masculina e os valores patriarcais no contexto da exploração capitalista não existem separadamente. A subalternidade feminina é elemento imprescindível no processo de acumulação do capital, promovendo ao longo dos séculos a desvalorização do trabalho produtivo e reprodutivo.

É fundamental apresentar uma nova perspectiva de estudo para conhecer a realidade e a importância do trabalho das mulheres para a sobrevivência de muitas famílias no campo, verificando os esforços despendidos pelas trabalhadoras rurais por outros vieses, com o intuito de tornar reconhecido o seu trabalho e sua historicidade, tanto ligado à produção como também a reprodução familiar. O trabalho feminino rural não deve ser visto apenas como “ajuda”, já que elas produzem no setor agropecuário exercendo atividades de agricultura, pesca, sendo atividades essencialmente fundamentais para o contexto econômico e social.

Bibliografia

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul In: **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

DE SOUSA, Luana Passos; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**. v. 30, Ano 87, 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123. Acesso em: 30 ago. 2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 67–75.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 1986.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

POSTER, Mark. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: 1979.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Editora Universidade de Brasília – Brasília/DF; Editora Ática – São Paulo/SP – 1989.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**; prefácio de Antônio Cândido de Mello e Souza. Petrópolis, VOZES, 1979.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe no divide**. São Paulo: Sundermann, 2008.

Artigo recebido em 23/03/2020

Aprovado em 26/03/2020

Como citar esse artigo:

ALENCAR, Isadora de Paula Vieira. MACIEL, Roseli Martins Tristão. A desvalorização do trabalho produtivo e reprodutivo no sistema capitalista: invisibilidade e protagonismo da mulher rural. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 15, N.º 2, jul/dez. 2019.